



Conselho Europeu

**Bruxelas, 14 de dezembro de 2017
(OR. en)**

EUCO 19/17

**CO EUR 24
CONCL 7**

NOTA DE ENVIO

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

Assunto: Reunião do Conselho Europeu (14 de dezembro de 2017)
– Conclusões

Junto se enviam, à atenção das delegações, as conclusões adotadas pelo Conselho Europeu na reunião em epígrafe.

I. SEGURANÇA E DEFESA

No seguimento das suas conclusões de dezembro de 2016 e de junho de 2017, o Conselho Europeu analisou os progressos alcançados no domínio da segurança e da defesa, e:

- congratula-se com o estabelecimento de uma cooperação estruturada permanente (CEP) ambiciosa e inclusiva, e salienta a importância de executar rapidamente os primeiros projetos; exorta os Estados-Membros participantes a cumprirem os seus planos nacionais de execução;
- apela à prossecução dos trabalhos sobre o Fundo Europeu de Defesa e, em particular, à rápida adoção, em 2018, do Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa, a tempo de financiar os primeiros projetos de capacidades em 2019;
- espera que o Conselho conclua a revisão global do mecanismo Athena de financiamento dos custos comuns das missões e operações militares da UE;
- convida o Conselho a adotar, na primavera de 2018, uma recomendação sobre um novo instrumento específico que abranja todos os requisitos do desenvolvimento de capacidades para promover a segurança e o desenvolvimento após 2020;
- apela à prossecução dos trabalhos sobre a execução do conjunto completo de propostas relativas à cooperação UE-OTAN, incluindo as propostas adicionais acordadas em dezembro;
- convida a Alta Representante, a Comissão e os Estados-Membros a levarem por diante os trabalhos sobre a mobilidade militar, tanto no âmbito da CEP como no contexto da cooperação UE-OTAN;
- convida a Alta Representante a apresentar, em junho de 2018, um relatório sobre os trabalhos desenvolvidos para reforçar a vertente civil da PCSD e a elaborar em 2018, em consulta com os Estados-Membros e a Comissão, um pacto sobre a vertente civil da PCSD.

O Conselho Europeu voltará a analisar estas matérias em junho de 2018.

II. DIMENSÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E CULTURA

Os dirigentes destacaram a importância da dimensão social, educativa e cultural das nossas políticas para aproximar os europeus e construir o nosso futuro comum. Por força dos Tratados, os Estados-Membros continuam a ser os principais responsáveis por estes domínios, mas muito pode ser alcançado trabalhando em conjunto, no pleno respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

DIMENSÃO SOCIAL

A Cimeira Social de Gotemburgo recordou a necessidade de dar prioridade à dimensão humana, de continuar a desenvolver a dimensão social da União, com base num compromisso comum e em competências sólidas, e de promover a convergência através de esforços a todos os níveis, inclusive por parte dos parceiros sociais. Numa primeira fase, deverão ser desenvolvidas as seguintes ações:

- aplicar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais ao nível da União e dos Estados-Membros, tendo em devida conta as respetivas competências; convida-se a Comissão a propor um acompanhamento adequado;
- facilitar o bom funcionamento do diálogo social a todos os níveis, nomeadamente o "novo começo para o diálogo social" a nível da UE;
- registar progressos rápidos nos dossiês sociais pendentes a nível da UE, bem como demonstrar disponibilidade para examinar as futuras iniciativas anunciadas pela Comissão no seu programa de trabalho para 2018;
- adotar medidas na sequência das prioridades do Plano de Ação da UE para colmatar as disparidades salariais entre homens e mulheres;
- prosseguir a execução da Nova Agenda de Competências para a Europa, com especial incidência, em 2018, na aplicação da Recomendação do Conselho sobre Percursos de Melhoria de Competências, destinada às pessoas com as maiores necessidades em termos de competências.

O Conselho Europeu voltará a analisar todas estas questões em março de 2018, a fim de assegurar um seguimento adequado.

EDUCAÇÃO E CULTURA

A educação e a cultura são fundamentais para construir sociedades inclusivas e coesas e para sustentar a nossa competitividade. Em Gotemburgo, manifestámos a vontade de fazer mais nestes domínios em que a UE desempenha um papel importante de complementaridade e apoio. Por conseguinte, o Conselho Europeu apela aos Estados-Membros, ao Conselho e à Comissão para que, em conformidade com as respetivas competências, façam avançar os trabalhos com vista a:

- intensificar a mobilidade e os intercâmbios, inclusivamente através de um programa Erasmus+ substancialmente reforçado, inclusivo e alargado;
- reforçar em toda a UE as parcerias estratégicas entre as instituições de ensino superior e incentivar a emergência, até 2024, de cerca de vinte "Universidades Europeias" que constituirão, da base para o topo, redes de universidades em toda a UE, permitindo aos estudantes obter um grau académico através da combinação de estudos realizados em vários países da UE e contribuindo para a competitividade internacional das universidades europeias;
- reforçar a aprendizagem das línguas para que mais jovens falem pelo menos duas línguas europeias para além da sua língua materna;
- promover a mobilidade dos estudantes e a sua participação em atividades educativas e culturais, nomeadamente por meio de um "cartão europeu de estudante";
- promover, no quadro adequado, a cooperação dos Estados-Membros em matéria de reconhecimento mútuo dos diplomas do ensino superior e de conclusão do ensino secundário;
- aproveitar a oportunidade proporcionada pelo Ano Europeu do Património Cultural para reforçar a sensibilização para a importância social e económica da cultura e do património cultural.

Convida-se a Comissão a apresentar na primavera de 2018, se for caso disso, propostas de recomendações do Conselho com vista à sua adoção pelo Conselho o mais rapidamente possível.

O Conselho Europeu solicita também à Comissão, ao Conselho e aos Estados-Membros que analisem eventuais medidas para dar resposta:

- aos desafios em matéria de competências associados à digitalização, à cibersegurança, à literacia mediática e à inteligência artificial;
- à necessidade de adotar uma abordagem da educação e da formação que seja inclusiva, baseada na aprendizagem ao longo da vida e impulsionada pela inovação;
- às condições-quadro jurídicas e financeiras para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas e a mobilidade dos profissionais do setor cultural.

A questão dos recursos orçamentais para as atividades acima mencionadas será abordada no contexto do próximo Quadro Financeiro Plurianual.

III. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O Conselho Europeu congratula-se com os resultados da Cimeira do Planeta Único ("One Planet Summit"), realizada em Paris a 12 de dezembro de 2017 com o objetivo de aumentar o financiamento público e privado ao serviço da ação climática, na sequência da COP 23, que teve lugar em Bona entre 6 e 17 de novembro de 2017, e na perspetiva da COP 24, que se realizará em Katowice e em que será adotado o pacote de aplicação do Acordo de Paris. O Conselho Europeu reitera, com firmeza, o compromisso assumido pela UE e pelos seus Estados-Membros de aplicarem rápida e plenamente o Acordo de Paris e de continuarem a liderar a luta contra as alterações climáticas, nomeadamente através da adoção das propostas legislativas pendentes a nível da UE.